



REQUERIMENTO Nº DE 2012.
(Dos Srs. Andreia Zito e João Campos)

Solicita seja convocado o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre a drástica redução do apoio do Governo Federal à instalação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro que V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e **219** do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, convoque o Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre a drástica redução do apoio do Governo Federal à instalação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento público, por meio de notícia publicada, no jornal “Folha de São Paulo”, no dia 14 de março do corrente ano, que o Governo Federal vem reduzindo o montante de recursos aplicado na instalação das Unidades de Polícia Pacificadora e doravante redirecionará os recursos do orçamento federal para outras frentes, tais como combate ao uso do crack e vigilância das fronteiras do país.

Consta da notícia:

“Dilma abandona promessa eleitoral para a segurança

Dilma engaveta plano nacional de UPPs

Promessa de campanha para área de segurança pública previa instalação de 2.883 unidades pacificadoras no país

De acordo com Planalto, recursos vão ser usados em outras ações, como combate ao crack e patrulha em fronteiras.



Thiago Guimarães, Estelita Hass Carazzai

O governo federal engavetou a principal promessa de campanha da presidente Dilma Rousseff na área de segurança pública: instalar 2.883 UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) pelo Brasil.

Segundo o Ministério da Justiça, técnicos avaliaram o cálculo do projeto apresentado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva e encampado por Dilma na campanha como "superdimensionado".

Ainda segundo técnicos, não haveria sequer efetivo policial suficiente em algumas cidades para instalar as UPPs.

Agora, de acordo com o Palácio do Planalto, os recursos inicialmente previstos para construção das unidades pacificadoras, que chegam a cerca de R\$ 1,6 bilhão, irão para outras ações, como combate ao uso do crack e vigilância das fronteiras do país.

Implantado em 2008 no Rio de Janeiro, com recursos estaduais, o modelo das UPPs é um sistema de policiamento comunitário adaptado para áreas de risco. O eixo é a construção de bases de segurança que funcionam 24 horas por dia. Resultados positivos no Rio elevaram-no à condição de "grife" das políticas para o setor no país.

Em programa eleitoral veiculado em 21 de setembro de 2010, por exemplo, a então candidata Dilma prometia, como parte do [PAC 2](#) (segunda fase do [Programa de Aceleração do Crescimento](#)), "mais de 2.800 postos de polícia comunitária" pelo país.

Sumiço

Agora, com 15 meses de gestão, a promessa sumiu do primeiro balanço do [PAC 2](#), divulgado na semana passada. Dos R\$ 350 milhões previstos para a ação em 2011, nenhum centavo foi gasto.

Tampouco houve até o momento execução dos R\$ 188,5 milhões previstos para 2012, aponta levantamento feito pela ONG Contas Abertas, a pedido da Folha, em dados do Siafi, sistema que registra os gastos do governo.

O cenário reflete os cortes no Orçamento feitos pelo Planalto em 2011. Da dotação de R\$ 2,1 bilhões do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), que abrange a construção dos postos, apenas R\$ 1,05 bi (50%) foi gasto.

O resultado é que Estados que enfrentam aumento nos índices de violência e optaram pela construção das UPPs estão tirando dinheiro do próprio bolso. Na Bahia, por exemplo, o governo gastou R\$ 1,4 milhão para erguer cinco bases de segurança -outras 12 devem sair em 2012."

A gestão Jaques Wagner (PT) recorreu ainda a doações privadas para equipar as bases. Obteve itens como tintas, móveis e material de construção. Neste mês, o governo do Paraná, de Beto Richa (PSDB) inaugurou uma base em Curitiba, batizada de UPS (Unidade Paraná Seguro).

Ex-secretário Nacional de Segurança Pública no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2008-2010), Ricardo Balestreri apontou "descontinuidade" entre as gestões. "Você lança um programa de governo, há troca e o programa acaba sendo abandonado."



"Demagogia"

Para Luiz Eduardo Soares, ex-secretário Nacional de Segurança Pública (2003), o problema do crack "cabe perfeitamente" no modelo de policiamento comunitário, mas a abordagem do tema das UPPs pela campanha de Dilma foi "demagógica".

"A campanha de Dilma não possuía programa de segurança. Neste ponto, como em muitos outros, sua fala se assemelhou a de José Serra (candidato do PSDB à Presidência em 2010), pelo vácuo", disse o professor Marcos Rolim, consultor em segurança.

De fato, compulsando o SIAFI, verifica-se, em que pese a existência de previsão orçamentária de recursos para as finalidades aqui referidas, não houve efetivo dispêndio de recursos públicos em ações destinadas à implantação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora. Dos 350 milhões previstos no Orçamento de 2011 para a implementação do projeto, nenhum recurso foi gasto.

ACOMP

03/2012

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
UO: 30101	Ministério da Justiça							
06.181.207.0.12KZ.0001	Implantação de Postos de Polícia Comunitária-Nacional	179.000.000	0	179.000.000	0	0	0	0,00
06.181.207.0.12KZ.0033	Implantação de Postos de Polícia Comunitária-No Estado do Rio de Janeiro	2.600.000	0	2.600.000	0	0	0	0,00
06.181.207.0.12KZ.0035	Implantação de Postos de Polícia Comunitária-No Estado de São Paulo	1.200.000	0	1.200.000	0	0	0	0,00
06.181.207.0.12KZ.0041	Implantação de Postos de Polícia Comunitária-No Estado do Paraná	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0	0,00
06.181.207.0.12KZ.0043	Implantação de Postos de Polícia Comunitária-No Estado do Rio Grande do Sul	600.000	0	600.000	0	0	0	0,00
06.181.207.0.12KZ.0058	Implantação de Postos de Polícia Comunitária-Jaguariúna - SP	100.000	0	100.000	0	0	0	0,00
06.181.207.0.12KZ.0062	Implantação de Postos de Polícia Comunitária-Niterói - RJ	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	0,00
Total da UO:		188.500.000	0	188.500.000	0	0	0	0,00
Total		188.500.000	0	188.500.000	0	0	0	0,00

A rigor, não se trata de problema local, nem circunscrito ao Estado do Rio de Janeiro. A questão é de âmbito nacional. No entanto, no que concerne ao Rio de Janeiro, o problema é agravado pelas condições locais, que demandam providências enérgicas e efetivas para o combate da violência e do crime organizado.

O Estado do Rio de Janeiro, iniciou em 2008, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, conhecida também pela sigla UPP, que é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que pretende instituir polícias comunitárias em favelas principalmente na capital do



Estado, como forma de desarticular quadrilhas que antes controlavam estes territórios como estados paralelos.

Antes do projeto, inaugurado em 2008, apenas a favela Tavares Bastos, entre mais de 500 existentes na cidade, não possuía crime organizado (tráfico de drogas ou milícia).

O projeto é tão bem sucedido que serviu de referência para outros estados da federação. O governo baiano criou as Bases Comunitárias de Segurança (BCSs) para atender as comunidades de Salvador e o governo paranaense criou as Unidades Paraná Segura (UPSs) para atender as comunidades de Curitiba, ambas iniciativas inspiradas nas Unidades de Polícia Pacificadoras.

Baseado no modelo de sucesso do Rio de Janeiro, o Governo Federal incluiu no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2 – a previsão de recursos para instalação de 2800 postos de polícia comunitária. Inesperadamente, no entanto, os técnicos do Ministério consideram o projeto “superdimensionado” e, ainda segundo declarações fornecidas à imprensa pelo próprio Ministro da Justiça “Bases fixas acarretariam na necessidade de fixar um número muito elevado de PMs, prejudicando outras ações de segurança”. Segundo informações do Ministro da Justiça estes recursos serão destinados ao combate ao “crack” e a vigilância das fronteiras do País.

Depois de anos de violência em diversas comunidades, o desafio do Rio de Janeiro agora é promover o desenvolvimento social, incentivar o exercício da cidadania, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a integração plena da cidade.

Sendo assim, além de afrontar a lei orçamentária, a omissão do Poder Público Federal malfez também a própria Constituição Federal. Em primeiro lugar, a segurança consta expressamente entre os direitos sociais previstos no art. 6º, da Constituição Federal.

Além disso, o art. 2, inciso III, prescreve que “Compete à União:” “assegurar a defesa nacional”. A disposição deve ser interpretada em sentido amplo, para legitimar a atuação do Poder Público Federal no combate ao crime organizado



em todo o país, visto que se trata de mazela social profunda que afeta toda a sociedade e põe em risco a própria soberania estatal.

Também não se pode deixar de lado que a União, como detentora do maior volume de recursos públicos, é certamente o maior responsável, na federação brasileira, pelo combate ao crime organizado no país.

Portanto, diante dos fatos ora apresentados, entendemos que a presença do Senhor Ministro da Justiça nessa comissão é fundamental para que possa ser esclarecido o papel que deverá ser exercido pelo Poder Público federal, no que se refere à implantação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora no país.

Sala da Comissão, de março de 2012.

ANDREIA ZITO
PSDB – RJ

JOÃO CAMPOS
PSDB - GO